

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NO DISCURSO MILITAR DO SÉCULO XIX

Claudia Alves¹

RESUMO: O artigo aborda a relação que se construiu, no século XIX, entre a atividade militar do exército profissional brasileiro e o campo escolar, apontando a hipótese de que as atividades educativas desenvolvidas por parte dos oficiais intelectualizados contribuíram para a construção de aspectos importantes da identidade da corporação e das representações presentes no imaginário de suas lideranças. Na última década do período imperial, os textos escritos por oficiais, de diferentes armas e patentes, para a Revista do Exército Brasileiro, aqui tomada como fonte para a pesquisa, expressam a preocupação e a concepção geral dessa oficialidade com relação à educação. Consideramos que esse posicionamento resulta do envolvimento de algumas gerações de oficiais em ações diversas de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Identidade. Exército brasileiro

ABSTRACT: This article portrays the relationship developed in the XIX century between the military activity of the professional Brazilian Army and the academic field, highlighting the theory that the educational activities developed by some of the intellectual officials influenced the construction of important aspects of the corporation's identity and the representations present in the image of its leaders. In the last decade of the imperial age, the texts written by officials, from different bodies and ranks, for the Brazilian Army Magazine, used in this paper as a source for research, express the concern and general concepts of these officials towards education. It was considered that this behavior came from the involvement of some generations of officials in several educational actions.

KEYWORDS: Education. Identity. Brazilian Army

¹ Professora da Universidade Federal Fluminense

Introdução

Alguns grupos sociais parecem possuir uma identidade tão fortemente constituída que transmitem a impressão de estarem imunes à ação do tempo. Ao observador desavisado, estes grupos apresentam-se no presente com traços característicos perceptíveis a um primeiro contato. Os elementos que os particularizam projetam a imagem de algo cristalizado, cuja origem perdeu-se no tempo. Os militares podem ser incluídos em casos deste tipo. As características construídas pela rígida hierarquia, pelo esforço próprio à atividade bélica, pela identificação com valores associados à defesa dos Estados constituem um quadro de referência automaticamente vinculado à identidade militar.

Na verdade, quando se pode avaliar mais detidamente as corporações militares, torna-se possível observar variações que não só as distinguem entre si como recortam a aparente unidade identitária em agrupamentos menores. Cada um desses subgrupos mantém marcas que os singularizam, signos que servem de referência aos seus componentes, e que são aceitos como deles também por quem não lhes pertence.

Se complementarmos essa primeira perspectiva com uma visão diacrônica, torna-se ainda mais evidente a mutabilidade desses traços identitários. Em determinados contextos históricos, certos traços se sobrepõem a outros, elementos se agregam ou desaparecem. Isso porque entendemos que a identidade de um grupo é algo em constante elaboração, um processo nunca concluído, que responde a circunstâncias colocadas tanto por suas demandas internas, quanto pela necessidade de responder a situações que o circundam e nele interferem.

Neste trabalho, trataremos especificamente do caso do exército brasileiro num momento chave de sua construção identitária: a última década do Império no Brasil. Naquele período que antecedeu imediatamente o golpe de proclamação da República, em que parte da corporação transformou-se em fator decisivo dos acontecimentos, configuraram-se alguns traços assimilados de maneira duradoura ao conjunto que define o que se poderia cha-

mar de identidade militar.

No processo de construção dessa identidade, atuaram diversos elementos que compunham várias práticas existentes na corporação, recuperadas no discurso elaborado pelo grupo de oficiais que constituíam o que aqui denominamos a intelectualidade militar. Desse grupo, faziam parte oficiais de diferentes patentes e armas, reunidos em torno de uma publicação que perdurou de 1882 a 1889, denominada Revista do Exército Brasileiro.

Os artigos nela publicados eram, em sua grande maioria, de autoria daqueles oficiais e alguns foram escritos por alunos das principais escolas militares situadas na Corte, a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Geral de Tiro do Campo Grande. Temos como objetivo focar um aspecto particular do discurso tecido no periódico, que diz respeito ao lugar conferido ao exército na construção de um ideal de nação. Nesse lugar projetado no discurso aparece com especial destaque o papel que, segundo aquela intelectualidade, ele deveria assumir quanto à educação do povo.

1. O veículo do discurso

Todo discurso pressupõe um veículo de transmissão que garante a sua existência, dando-lhe materialidade. No caso em tela, o periódico Revista do Exército Brasileiro serviu de suporte material a um conjunto de representações partilhadas pela intelectualidade militar e que conformaram seu discurso na década final do Império.

A Revista, criada em 1882, por iniciativa de alguns oficiais, respondia ao momento político vivido pelo país e, em particular, pelo exército. Os propositores da publicação eram elementos integrados à administração militar, situados em postos de comando e posições de prestígio, usufruindo do poder inerente aos seus lugares. Pretendiam que a publicação tivesse um caráter institucional e, com esse objetivo, seu projeto foi submetido à apreciação do Ministro da Guerra, esperando-se obter o aval do órgão que dirigia.

No conjunto das publicações de que se tem notícia no exérci-

to brasileiro, durante o Império, a Revista distinguiu-se justamente por pretender tornar-se um instrumento da própria instituição e, como veremos adiante, também da institucionalização do exército em moldes pensados a partir dos exércitos europeus. Diferenciava-se, portanto, de periódicos que, em momentos anteriores, apresentavam-se como portadores da voz do militar ou do soldado em oposição à administração governamental. No acervo existente de publicações militares desse período, a Revista destaca-se, ainda, pela duração temporal, tendo-se mantido com regularidade durante um período de tempo mais largo e de forma contínua.

Chamou-nos a atenção o fato de que encontramos, como articulistas, oficiais de diferentes armas, num momento em que, como tem sido assinalado em nossa historiografia (cf. Costa, 1977; Carvalho, 1985; Castro, 1995), havia uma forte divisão entre, de um lado, as armas científicas – artilharia e engenharia – e, de outro, as não científicas – infantaria e cavalaria². Temos como hipótese que, para além das divisões existentes no interior da corporação, ocorreu, ao longo das décadas de 1870 e 1880, um processo de interação de um grupo que, transpondo as barreiras internas, ligou-se a um conjunto de idéias que esboçavam um projeto para o exército e para o país.

A *Revista do Exército Brasileiro* foi um dos canais – com características de um órgão semi-oficial – por onde se expressou essa aproximação. A revista reuniu a função de veículo de opinião e debate, sobre temas que afetavam a corporação, a uma outra função, pedagógica, de complemento da formação que os militares recebiam nas escolas. Durante oito anos, oficiais de diversas patentes publicaram artigos em suas páginas, enfocando temas que consideravam ser de interesse para a oficialidade.

Por essa via, tornavam-se autores, afirmando-se no seio da oficialidade como lideranças, ao mesmo tempo em que constituí-

² Essa atribuição do qualificativo *científico* às duas primeiras armas decorria dos processos de formação de seus oficiais, transformados pelas exigências de qualificação intelectual decorrentes do uso de novos armamentos a partir do século XVIII.

am uma vitrine, algo a ser observado de fora da corporação, pelos segmentos letrados da sociedade. Nesse sentido, cabe observar a presença maciça de artigos desses autores, num momento em que os textos estrangeiros, sobretudo em língua francesa, circulavam intensamente e encontravam leitores instrumentalizados para lê-los.³

Os oficiais que escreviam para a revista possuíam patentes variadas, indo de sargentos a majores de engenheiros ou tenentes-coronéis de estado-maior. Este é um aspecto significativo que denota uma abrangência da revista para além das altas esferas da corporação militar. Até mesmo a direção da revista era composta por dois majores e um capitão⁴.

Quanto ao conteúdo dos artigos publicados, predominam textos técnicos, que abordam problemas da prática militar relativos aos armamentos, à construção de fortificações e estradas, aos equipamentos e cuidados com os animais, à higiene militar ou a questões de tática de guerra. Esse conjunto parecia se destinar a cumprir a função pedagógica a que nos referimos anteriormente, visando formar e atualizar os oficiais quanto ao seu exercício profissional.

No editorial de apresentação, em seu primeiro número, foram explicitados os âmbitos que diziam respeito ao chamado *domínio da Revista*:

A organização e administração militares, circunstanciando quanto ao país e resumindo as do estrangeiro, com exceção das potências

³ Alguns artigos traduzidos podem ser encontrados no periódico, em números esparsos, sobretudo os extraídos do periódico *France Militaire*, além de artigos do *Moniteur Industriel*, *La Nature*, *Revue d'Artillerie*, *Revue du Cercle Militaire*, *Revue Militaire Suisse*. Em língua inglesa, a única referência encontrada foi *The Army and Navy Gazette*. Há também alguns textos, publicados no ano de 1886, cuja origem é indicada como "Exército Argentino" e um artigo sobre "A Suíça Militar" extraído do *Jornal do Comércio de Lisboa*.

⁴ Compunham a direção da *Revista do Exército Brasileiro*: Major Alfredo Ernesto Jacques Ourique, Major Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e Capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes.

que têm limites com o Brasil, cujas organização e administração detalhará, no possível;

A tática e a estratégia, dando os seus resultados e progressos, analisando-as nos fatos contemporâneos e acompanhando as campanhas que, por acaso, se venham a ferir;

A ciência do engenheiro militar: construção, fortificação, caminhos de ferro, estradas, pontes, os serviços que presta a aplicação da eletricidade nos usos militares, a geodésia, topografia, cartografia, etc.;

A artilharia e armamento, segundo os progressos realizados nas diversas nações militares do globo;

A história militar, compreendendo o estudo das campanhas e combates passados, deduzindo os ensinamentos adaptáveis aos nossos meios;

A geografia e estatística, descrevendo sob o ponto de vista militar diversas regiões da terra. (1882, p. 5-6)

Desse conjunto, as áreas privilegiadas, na prática, pela revista, referiam-se à artilharia e à engenharia militar, certamente as áreas em que os oficiais possuíam maior conhecimento acumulado, pela própria formação que recebiam na Escola Militar. A quantidade de artigos referentes a armamentos, entretanto, parecia não se dever somente à importância da artilharia ou ao valor que lhe dava a corporação. Essa ênfase decorria, também, de um sentimento quase generalizado de que se fazia necessário estimular e melhorar a instrução prática dos oficiais, sobretudo diante das inovações que surgiam na produção de materiais bélicos.

A revista não deixou de abrigar um aspecto fundamental na construção identitária de qualquer grupo: a sua memória. Entretanto, ela ocupou pouco espaço, restrita a alguns relatos de lembranças da Guerra do Paraguai, que ia se transformando em símbolo na memória do exército. Pode-se dizer que se tratava de fato ainda recente em sua história, além de ter sido uma experiência única para aquela geração.

Os artigos publicados caracterizaram-se, então, em sua expressiva maioria, por portarem uma clara intenção de atualização

ou aperfeiçoamento técnico militar, dirigindo-se ao *interesse e ilustração do militar estudioso*. Estava aí definido o seu público ideal, ao mesmo tempo em que a expressão traduzia um apelo, uma convocação para que a oficialidade se envolvesse com aquele projeto. No esforço de cimentar a adesão da tropa – ou da parte mais intelectualizada que a integrava – os editores cunhavam um rótulo a ser oferecido como um troféu, um signo de distinção com o qual alguns poderiam identificar-se.

Pode-se depreender, a partir dessa primeira aproximação de seu conteúdo que havia um grupo que não só buscava a qualificação, mas acreditava que existisse, dentro do próprio exército, indivíduos aptos a fornecerem informações importantes para o aperfeiçoamento do conjunto. Considerando-se que as patentes dos articulistas eram de diversos níveis, é possível imaginar que não se estabelecia uma relação direta entre tempo e posição na carreira, de um lado, e conhecimento acumulado para ser transmitido, de outro. O que estava sendo valorizado era o estudo realizado – na Escola Militar ou fora dela – e a experiência prática ou a reflexão construída sobre os problemas postos para o exército brasileiro.

De fato, muitos tenentes e capitães, e mesmo alguns cadetes e alunos, escreveram artigos no formato de lições sobre determinados tipos de armamentos ou munições, sobre equipamentos, sobre higiene ou sobre animais. Mas havia também oficiais superiores que escreveram sobre os mesmos temas. Numa outra linha, pode-se observar artigos sobre projetos de ferrovias para regiões do Brasil, questões de segurança nas fronteiras, fábricas do exército, em muito menor quantidade, mas igualmente escritos por oficiais de patentes variadas. Nesse segundo grupo, uma espécie de reflexão a respeito dos projetos para o país se imiscui, vez ou outra, em meio ao saber e experiência técnica.

Para além da função propriamente pedagógica, a revista cumpriu uma função política, ao mesmo tempo em que se inseriu numa construção identitária. Ela transformou-se em veículo de intercâmbio cultural, denotando que uma parte da oficialidade organizou-se, para além das escolas de formação de oficiais. Este fato deve

ser tomado como um indicador interessante para se analisar as possibilidades de organização e expressão que possuía a intelectualidade militar na época, demonstrada por um de seus segmentos, assim como a capacidade de articular-se por dentro do poder institucional e esboçar um projeto próprio.

Do ponto de vista político, a diretoria da *Revista do Exército Brasileiro* fazia questão de declarar um posicionamento apartidário. “No meio dos partidos que se digladiam no Império, em busca do mando supremo, procurará manter-se, a Revista, isenta da paixão partidária” (1882, p. 6). Mas não escondia o interesse em envolver-se com a política, principalmente no que tangia aos problemas que afetassem a corporação. Anunciava-se, ainda assim, prudente.

Não será, entretanto, indiferente aos destinos da pátria; mas, no campo da política interna, terá em mira, tão somente, a elevação moral do grande corpo coletivo a que pretende servir.

Não criará tropeços à marcha da administração superior; não terá jamais palavras – nem de louvor nem de censura para os atos oficiais.

Seu fim é todo doutrinário e somente nesse terreno aceitará discussão (Idem, ibidem).

Dessa forma, em meio às lições de esgrima, munições, armamentos, fortificações, um espaço foi-se abrindo para uma reflexão a respeito do próprio exército e do seu papel na construção da nação. Pode-se verificar que havia oficiais com opiniões próprias sobre o que seria melhor para a instituição. As posições dividiam-se, embora pela revista não seja possível avaliar em que medida certos segmentos da oficialidade pudessem ser congregados para um campo ou outro.

Alguns indivíduos dentro da corporação, portanto, utilizaram-se do periódico como um veículo para o amadurecimento de uma reflexão, a partir de debates que uniram a erudição de sua formação intelectual ao resultado da experiência adquirida na Guerra do Paraguai – presença recorrente nos argumentos reunidos pe-

los debatedores. Essa reflexão demonstrava uma certa capacidade gestada, mesmo que por pequeno grupo, de organizar um discurso coerente e com possibilidades de interferir no plano nacional. A instituição não estava sendo pensada de fora para dentro, nem por um único oficial com conhecimento e poder suficientes para fazê-lo⁵, mas por oficiais que possuíam uma certa liderança e que, mesmo quando expressavam pensamentos de pequenas facções, apresentavam-se como defensores do interesse geral.

Para além das discordâncias existentes nesse grupo, sedimentava-se uma espécie de identidade comum. Aqueles oficiais esperavam impor-se por sua qualificação intelectual e possuíam um projeto ilustrado para o próprio exército. Imaginavam talvez que, elevando o nível intelectual da corporação, aumentariam o grau de respeitabilidade social de que a mesma desfrutava. Procuraram fazer valer o conhecimento como elemento de distinção, diferenciando-se pela cultura. Por esse caminho, buscavam, no fundo, a aceitação e incorporação por parte da elite imperial. E neste ponto encontravam-se, justamente, os limites do alcance de sua liderança e penetração de seu projeto, entre os próprios quadros do exército.

O discurso que elaboraram, entretanto, trazendo elementos de sua prática e dos dilemas enfrentados na construção do exército no Estado imperial, adquiriu coerência e possibilitou a articulação de traços identitários, imprescindíveis à imposição do exército na cena política brasileira.

2. Discurso e ação política: a emergência de um projeto

A questão mais debatida nas páginas da revista era a reorga-

⁵ Para fazermos um contraponto com este momento, podemos trazer, como exemplo, o papel desempenhado por Manoel Felizardo, quando Ministro da Guerra, ou por Caxias, na instituição de reformas no exército na década de 1850. Schulz, em seu estudo sobre os militares, chega a dizer: *Caxias e Felizardo promoveram várias reformas administrativas por conta própria.* (Shulz, 1994: 36)

nização do exército, objeto de preocupação imediata, inclusive na agenda do próprio Ministério da Guerra. Interessa-nos, aqui, discutir a forma como esse debate constituiu-se em via de expressão de alternativas, criando oportunidade de surgirem indivíduos capazes de formulá-las. Ao mesmo tempo, em torno dele, agrupavam-se os oficiais mais ativos e inseridos em postos chave, aparecendo como autores dos artigos publicados. A circulação do periódico, aspecto sobre o qual não possuímos dados consistentes, mas que pode ser presumido como elemento determinante das intenções dos articulistas, faria ampliar o círculo de abrangência desse discurso.

Entre o grupo de oficiais com capacidade de formular propostas abrangentes para a corporação, articulava-se uma concepção que pensava o exército como um corpo vivo, que tinha funções a cumprir e um lugar que devia ocupar na sociedade. A idéia de *corpo*, além de adequar-se ao próprio conjunto da instituição, guardava um vínculo com a mentalidade cientificista da época. Com apoio nesse ideário, recorriam às leis invariáveis, calcadas na autoridade da ciência, para construir-se a justificativa maior para a existência do próprio exército permanente. A luta pela vida que regeria esse grande todo que é o *mundo orgânico* estabeleceria o lugar e o funcionamento das instituições.

O próprio exército seria concebido como um organismo vivo, crescendo e movimentando-se, lutando pela própria sobrevivência. Para sua saúde, necessitaria de alguns elementos, tais como o equilíbrio entre suas partes componentes. O texto de apresentação da *Revista do Exército Brasileiro* resumiu seu programa da seguinte maneira:

Não procurará justificar a guerra. Teria, para isso, de recorrer aos eternos argumentos de que se têm servido todos aqueles, que pretendem fundamentar a existência dos exércitos permanentes. Lembrará, entretanto, que as leis são as mesmas no indivíduo e na raça, no reino vegetal como no animal; sendo a fórmula científica da existência no mundo orgânico o – Struggle for life. (1882, p. 5)

Durante todo o período da publicação regular da *Revista do Exército Brasileiro*, os artigos que tratavam das propostas em debate eram freqüentes, por vezes detendo-se em temas correlatos, tais como a reorganização das forças do exército brasileiro, implicando seu redimensionamento, sua distribuição, a organização interna das armas e das escolas de formação militar. O debate não se deu exclusivamente nas páginas da revista, mas ela se propunha a ser um veículo das reflexões sobre o assunto, divulgando, também, obras que estivessem voltadas para o mesmo objetivo. Exemplo dessa produção pode ser encontrado no primeiro número da revista, na seção *Bibliografia*, que divulgava o que era chamado um *opúsculo*, de título *Nosso estado militar*, de autoria do capitão de artilharia João Carlos Lobo Botelho.

Ainda naquele primeiro ano de publicação, o tenente coronel do estado maior, Senna Madureira escreveu um conjunto de quatro artigos, sob o título *Reorganização do Exército* (Idem: 199-205, 239-244, 279-285 e 383-392), comentando criticamente o projeto de reorganização dos corpos das armas arregimentadas, elaborado pela comissão de oficiais⁶, e apresentado no relatório do Ministro Franklin Doria, no começo do ano de 1882. Cada um de seus artigos discutiu alguns pontos tratados no projeto, detendo-se nas proposições relativas a cada arma, quanto ao tamanho dos efetivos, formas de organização, relações entre oficiais e soldados, problemas práticos de organização e mobilização das tropas em tempo de paz e de guerra.

No segundo ano da publicação, o capitão João Carlos Lobo Botelho foi às páginas da revista (1883: 97-120) contrapor argumentos às críticas apresentadas por Senna Madureira, para defender o projeto da comissão ministerial. O tenente-coronel, que

⁶ A comissão era presidida pelo general Severiano Martins da Fonseca e dela faziam parte os brigadeiros Justino Sabino da Rocha e José Maria de Alencastro e o coronel Enéas Galvão; mais tarde, na ausência dos dois primeiros, teve como auxiliares o major José Maria Marinho da Silva, do corpo de estado-maior de artilharia, e o capitão João Carlos Lobo Botelho, do quadro extranumerário.

continuava com seus artigos críticos, deu prosseguimento ao debate, discutindo por escrito com Lobo Botelho⁷. A partir daí, outros oficiais engajaram-se na discussão, defendendo os seus pontos de vista: o capitão do 1º batalhão de infantaria Bellarmino Mendonça⁸, encarregado da fundação da Colônia Militar de Chopim, no Paraná; o brigadeiro Antônio Tiburcio Ferreira de Souza⁹, que havia comandado a Escola Geral de Tiro do Campo Grande e a Escola de Infantaria e Cavalaria do Rio Grande do Sul e encontrava-se inspecionando o 15º batalhão de infantaria; o capitão de cavalaria Marinho da Silva¹⁰, instrutor de 2ª classe da Escola Militar da Corte; o major de artilharia Antônio Bezerra Cavalcanti¹¹, diretor do Arsenal de Guerra do Pará; o major de artilharia José Pinto de Araujo Rabello¹², servindo no 1º batalhão de artilharia; os tenentes de estado-maior de 1a. classe Antônio Gabriel e Alfredo Candido de Moraes Rego¹³, professores da Escola Militar da Corte; o tenente-coronel de estado-maior de 1a. classe João Nepomuceno Medeiros Mallet¹⁴, comandante de artilharia no Rio Gran-

⁷ No ano de 1882, Senna Madureira publicaria três artigos sobre o assunto. Dois deles antecedem o de Lobo Botelho e o outro respondia aos argumentos do capitão. (cf. *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Segundo, 1883, pp. 3-11, 65-75 e 137-145).

⁸ Bellarmino Mendonça, Novo projeto de reorganização, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Segundo, 1883, pp. 179-187, 209-219 e 241-249; Apreciação da nova proposta de reorganização do exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Terceiro, 1884, p. 198-224.

⁹ Antônio Tiburcio Ferreira de Souza, Reorganização do Exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Terceiro, 1884, p. 225-232.

¹⁰ Marinho da Silva, Reorganização do exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Quarto, 1885, p. 42-49.

¹¹ Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti, A reorganização do Exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sexto, 1887, pp. 194-197 e 205-215; *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sétimo, 1888, p. 159-167.

¹² José Pinto de Araujo Rabello, Plano geral de reorganização do exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sétimo, 1888, p. 36-59.

¹³ Antônio Gabriel de Moraes Rego e Alfredo Candido de Moraes Rego, Projecto de reorganização das forças arregimentadas, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sétimo, 1888, p. 129-158.

¹⁴ João Nepomuceno Medeiros Mallet, Projecto de organização das forças

de do Sul e o capitão de artilharia Jorge de Sá Earp¹⁵, instrutor adjunto da Escola Geral de Tiro do Campo Grande.

A análise dessa série de textos nos permitiu perceber que a elaboração que se apresentava nas propostas escritas por oficiais desse período demonstrava, sobretudo, o resultado de uma formação que tinha sua base na Escola da Praia Vermelha, mas que continuava através, principalmente, da leitura de publicações estrangeiras. No seio do debate começava a expressar-se, de forma mais acabada, a consciência de pertencimento a um lugar, a uma corporação que deveria reivindicar a posição que lhe cabia na construção do projeto de nação.

Nos artigos escritos pelo tenente coronel Senna Madureira é possível notar a forma como recorre à comparação com exércitos estrangeiros, sobretudo europeus¹⁶, para fortalecer os argumentos que utilizava para se contrapor ao projeto da comissão oficial. Tomando-se em consideração, a formação recebida na Escola Militar, chama a atenção o nível de erudição que se construía a partir do estudo de manuais e obras de grandes generais europeus e se enriquecera com a leitura de periódicos militares estrangeiros. Interferia, ainda, na formação desses intelectuais militares, as oportunidades de participação em comissões que viajavam à Europa, com o objetivo de conhecer e avaliar as inovações bélicas, para que o país, quando possível, efetuasse a compra de novos armamentos. Senna Madureira inseria-se nesse caso.

A referência ao exterior não o eximia, entretanto, de um esforço por adequar seu pensamento às características do exército e da realidade brasileira. O método consistia, sobretudo, em buscar,

arregimentadas do exército, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sétimo, 1888, p. 242-267.

¹⁵ José de Sá Earp, A propósito da reorganização do corpo de saúde, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Oitavo, 1889, p. 134-139; e Organização da arma de cavallaria, *Idem*, p. 146-148.

¹⁶ Encontramos, em seus artigos, informações bastante precisas e que parecem atualizadas, sobre os exércitos da Inglaterra, Alemanha, Áustria-Hungria, França, Bélgica, Itália, Espanha, Holanda, Suécia, Dinamarca, Noruega, Rússia e Turquia, além de Portugal.

dentre as diversas alternativas existentes, aquela que poderia adequar-se ou fornecer elementos para uma solução essencialmente brasileira. Todo o tempo, o tenente coronel parecia desejar manter a fidelidade ao princípio de respeitar as características nacionais:

[...] o efetivo do exército permanente depende da cifra da população do país, dos recursos deste; do caráter, dos hábitos e do espírito militar de seus habitantes; das tradições em honra entre eles; da extensão e configuração de suas fronteiras, da maior ou menor facilidade da defesa destas; da índole, aspirações políticas, da organização militar e dos recursos, em suma, dos estados vizinhos (1882, p. 199).

Por essa via, a reflexão sobre o exército encaminhava os debatedores para uma reflexão maior, a respeito da nação e dos caminhos que poderia tomar. Embora nem sempre de forma explícita, a discussão no interior do exército abria campo para críticas à política vigente, não só no que se referia às forças armadas, mas ao conjunto da direção do Estado. Um ponto em particular tornava-se objeto de reclamações constantes: a educação fornecida aos cidadãos.

Outro recurso retórico muito presente na construção dos argumentos no discurso corrente dessa intelectualidade militar relacionava-se ao exemplo prático da Guerra do Paraguai. A experiência, então relativamente recente, do enfrentamento com outro exército, das dificuldades vividas em campo de batalha, da resistência da sociedade brasileira no momento da convocação para a luta, tudo fornecia elementos para avaliar o quadro real da corporação no plano nacional, com vistas à construção de propostas alternativas.

A insistência na melhoria da formação, tanto teórica quanto prática, dos quadros do exército brasileiro, marcante no discurso desses oficiais, deve ser lida à luz das demandas postas à modernização dos exércitos no século XIX, particularmente na sua metade. O avanço da industrialização afetava diretamente as forças

militares, ao abrir-lhes novos horizontes de renovação tecnológica. As exigências para a qualificação de soldados e oficiais aumentavam e tornavam-se mais sofisticadas do ponto de vista intelectual. Naquela conjuntura, o grupo mais intelectualizado da oficialidade assumia, então, papel ativo no enfrentamento dos desafios que se apresentavam à constituição de uma força organicamente nacional.

Tornavam-se, desse modo, os construtores de uma identidade de novo tipo para a corporação. Os traços identitários que ganhavam forma não estavam sendo gestados naquele momento, mas adquiriam, no seio do debate, contornos mais nítidos, pela própria experiência de sua verbalização. A formação intelectual fornecida pela Escola Militar, apesar de fortemente criticada por uma parte dos próprios oficiais, que ressentia-se da frágil preparação prática, fornecia as ferramentas para a intervenção no debate corporativo num momento e inflexão na história do exército.

Dessa forma, na última década do regime monárquico, estruturava-se no interior do exército, veiculada por sua intelectualidade, uma formulação que desenhava um projeto de corporação e apontava para um projeto de nação. Partindo das experiências somadas na edificação do exército no plano institucional, na interiorização de suas forças para o controle do território, no conhecimento acumulado nas suas comissões de engenharia, cartografia, arquivo, etc., na formação de sua oficialidade nas suas escolas e nas leituras e viagens ao exterior, essa formulação expressou-se num discurso que remetia a determinados pontos tidos como fundamentais. Um desses pontos apontava para o papel que deveria desempenhar o exército na educação do povo.

3. Exército e educação: as faces de uma questão

A identidade do oficial militar, no Brasil do século XIX, estava fortemente marcada pelos vínculos entre exército e educação, constituídos sob formas e motivações das mais diversas. O recurso aos oficiais militares, para atuarem como professores, desde o ensino elementar até o de nível superior, foi bastante comum num

momento histórico em que o magistério público encontrava-se em processo de gestação, tanto no Brasil como em outras partes do ocidente. No caso brasileiro, em particular, uma sociedade com um nível muito baixo de difusão da escola, necessitaria, obviamente, de recorrer aos indivíduos que tivessem tido acesso às letras, para que se ocupassem do seu ensino. Os oficiais do exército integravam esse segmento da população.

Fosse como professores dos quadros oficiais do magistério, ou atuando particularmente em suas casas, vários militares acumulavam a atividade docente à atividade militar. Além disso, oficiais militares, tanto do exército quanto da marinha, podem ser encontrados como escritores de textos didáticos, sobretudo em História do Brasil (cf. Bittencourt, 1993, p. 195-201) e Matemática (Valente, 1997, p. 118-135).

Por outro lado, no interior do exército, as iniciativas de escolarização eram parte integrante da construção institucional, que requeria, de forma cada vez mais urgente, que os quadros militares dominassem, pelo menos, os rudimentos da leitura, da escrita e, principalmente, do cálculo, para o desempenho das atividades ligadas às necessidades da corporação. Nesse contexto, desde a década de 1840, desenvolveram-se escolas de diferentes formatos no interior do exército brasileiro: ensino de primeiras letras conjugado à formação profissional para meninos que trabalhavam como aprendizes artífices nos arsenais; escolas de primeiras letras para os soldados nos regimentos, para os operários e escravos nas fábricas do exército, para os filhos de colônias penais e de povoamento; ensino preparatório à Escola Militar e educação de nível superior que formava também engenheiros civis.

Como essa fatia do campo escolar estava sob a direção do próprio exército, e vinculada, portanto, ao Ministério da Guerra, eram os próprios oficiais militares que dela se ocupavam, determinando seu conteúdo, distribuição espacial e temporal, materiais e professores. A prática relacionada ao ensino foi a base sobre a qual se configurou uma preocupação com a instrução, que se estendia para além da formação de seus oficiais. As iniciativas e discursos a respeito desse assunto antecederam em algumas dé-

cadadas o momento dos debates de que tratamos mais de perto no item anterior.

Na segunda metade do século XIX, mormente após 1870, essa preocupação associou-se ao movimento mais vasto das idéias que se difundiram no Brasil, confrontando-se com as leituras pre-existentes do liberalismo disseminadas entre as elites intelectuais brasileiras. O novo ideário teve como destaque a penetração do positivismo, para o qual a Escola Militar se constituiu num centro pioneiro de irradiação (Barros, 1986, p. 114), e ganhou visibilidade a partir daquela década. Também o impacto de um contexto externo marcado pela guerra franco-alemã e a terceira República francesa, tanto quanto do desgaste do Império brasileiro após a Guerra do Paraguai, refletido inclusive na fundação do Partido Republicano, inspirou a revisão dos valores de que se havia nutrido a sociedade imperial.

Do conjunto de correntes de pensamento que chegavam, trazidas do Velho Continente, emergia um novo quadro ideológico em que algumas noções se popularizavam, extraídas do positivismo comtiano, do darwinismo, do evolucionismo de Spencer. A visão de uma humanidade que caminhava em direção à civilização, apoiada nas conquistas da ciência, impulsionava a valorização da educação como meio de melhorar o ser humano.

Na última década do Império, o discurso da oficialidade reunia e sintetizava os elementos que provinham da experiência de gerações anteriores que se dedicaram, de diferentes maneiras, às atividades de ensino, amalgamadas ao conjunto de novas idéias que circulavam no país em seu tempo. Para enunciá-lo, os intelectuais militares valiam-se tanto da formação intelectual que haviam adquirido no itinerário de escolarização pertinente ao campo militar, quanto do acesso que tinham à literatura de diversas matizes.

A referência fundamental ao campo militar funcionava como ponto de observação, a partir do qual vislumbravam um panorama geral que designava o lugar da corporação no contexto de construção das nações. O pensamento a respeito desse processo não poderia deixar de estar regido pelo signo de progresso e civilização que marcava o ideário de época. Na construção identitária

formulada pela intelectualidade militar, então, o papel do exército e de sua oficialidade incluía sua responsabilidade em participar ativamente na concretização desses ideais. Cunhava-se uma concepção que conferia ao militar uma identidade cidadã, comprometida com a intervenção na realidade social, de forma a dirigi-la rumo ao patamar atingido pelas nações consideradas avançadas.

O móvel imediato de formulação desse discurso estava referido à necessidade do próprio exército em adequar-se às novas exigências, em que a qualificação tornava-se indispensável para que acompanhasse o conjunto de inovações introduzidas nos armamentos. A sobrevivência e modernização do exército modelavam o rol de lacunas identificadas na educação fornecida pelo Estado imperial. Os anseios corporativos serviam, então, de patamar básico para uma reflexão mais ampla.

Essa transformação no discurso militar, partindo de preocupações internas à corporação, e orientando-se rumo a proposições para a nação como um todo, operou-se ao longo da década de 1880. Diante da imobilidade do Estado imperial em empreender políticas mais conseqüentes em relação ao que se concebia como educação do povo, a intelectualidade militar iniciou um processo de construção identitária que conferia às forças armadas, e ao exército em particular, o papel de liderança na educação do cidadão.

Associada a essa operação discursiva, introduzia-se, embora nem sempre de maneira explícita, uma distinção entre *instrução* e *educação*. É possível perceber, por meio da análise dos textos produzidos pelos oficiais, os usos circunstanciados desses dois termos, de modo a atender a distintos contextos de aplicação, promovendo, assim, significados diferenciados. A dicotomia presente nos debates a respeito da formação de oficiais, em que instrução prática e instrução teórica eram percebidas como vertentes apartadas, apesar de complementares, projetava-se sobre o discurso relativo à educação nacional nutrindo aquela outra distinção. Obviamente, o meio endógeno não era a única matriz dessa concepção dicotômica. De maneira geral, encontrava-se disseminada na sociedade de fins do século XIX essa forma de encarar o binômio

instrução/educação. Interessante observar, entretanto, como essa forma circulava no seio da oficialidade intelectualizada.

O termo *instrução* aparecia mais nitidamente ligado às habilidades intelectuais adquiridas nas instituições escolares, tais como ler, escrever, calcular, identificar acidentes naturais ou conhecer a história do país. Traduzia-se, portanto, nos conteúdos selecionados, nos métodos adotados, na organização do espaço das escolas, na atuação dos professores. Quando se referiam às escolas existentes no exército e à sua administração, os textos portavam prioritariamente a palavra *instrução*.

O substantivo *educação*, menos utilizado na rotina administrativa e nos artigos escritos por militares nos quais se apresentavam propostas práticas de ensino – fosse ele teórico ou prático –, ficava reservado para os momentos do discurso grandiloquente, em que a exaltação do exército e de sua missão punham a ênfase no seu papel educativo. Por esse caminho, a educação era entendida, sobretudo, como um processo mais profundo, de transformação dos indivíduos, visando trazê-los sobretudo para os valores fundamentais da nacionalidade.

Os dois nomes se inseriam no discurso militar como termos complementares numa proposta mais abrangente, voltada para a educação do cidadão nacional. A instrução, no sentido de formação intelectual, era considerada parte indispensável da educação no seu sentido pleno, a educação do cidadão propriamente dita. Sem ela, não seria possível desenvolver a compreensão necessária à germinação de um verdadeiro sentimento cívico.

Como portador, tanto da experiência de instruir, como dos valores maiores de devoção à pátria que deveriam embasar a educação, o exército se apresentava, nesse discurso, como a instituição mais habilitada para educar o cidadão. A dimensão educadora se agregava, por esse caminho, à identidade do oficial militar com uma nova qualidade.

Considerações finais

O tratamento que procuramos dar, no presente artigo, ao

binômio educação e identidade militar resulta de uma leitura que procura ultrapassar a fronteira que, na historiografia, posicionou, de um lado, os estudos sobre o exército e, de outro, aqueles sobre a educação escolar no século XIX. Poucas vezes transposta, essa separação tendeu a construir interpretações que pouco dialogam.

No estudo do exército, tem sido frisada sua participação na instauração do regime republicano, em que a Escola Militar é retratada como *locus* de uma juventude insatisfeita, insuflada por idéias positivistas veiculadas por seus professores, dentre os quais destaca-se a figura de Benjamin Constant (CASTRO, 1995). O ressentimento presente na corporação, e melhor expresso pela oficialidade de baixa patente seria o móvel principal da intervenção política (CARVALHO, 1985).

Para além desse ponto de vista, temos nos preocupado em investigar o potencial contido nas práticas que, no interior do exército, permitiram a organização e a formulação de projetos que orientaram uma reflexão em direção à ação política. O campo educativo emerge nessa análise como presença marcante. De um lado, a formação recebida nas escolas e, de outro, o exercício da atividade docente, compõem uma experiência que, a nosso ver, finda por agregar-se a um novo perfil de oficial, que emerge na década final do período imperial.

Esse desenho identitário incorpora a responsabilidade que deveria ter o exército como formador do cidadão, enquanto parte de um discurso que traz embutido uma idéia mais abrangente, voltada para um ideal de nação.

Referências bibliográficas

ALVES, C. M. C. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF. 2002

BARROS, R. S. M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio. 1986.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARVALHO, J. M. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: B. FAUSTO. *O Brasil republicano*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985, v. III, cap. 2, p. 183-234.

CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo. 1977.

SCHULZ, J. (1994) *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, São Paulo: EDUSP. 1994.

VALENTE, W. R. *Uma história da matemática no Brasil*. Tese (Doutorado em educação) – faculdade de educação, USP, São Paulo, 1997.

Recebido em junho de 2008
Aprovado em julho de 2008